

Aprovação no Senado, o novo problema.

A aprovação na Câmara era considerada certa no início da madrugada, mas no Congresso a opinião corrente era de que o governo teria problemas no Senado.

No final da noite de ontem, os líderes do PMDB no Congresso estavam confiantes na possibilidade de o pacote fiscal ser aprovado pela Câmara durante esta madrugada. Alguns parlamentares, no entanto, afirmavam que as dificuldades maiores do governo ocorreriam hoje, quando o projeto deve ser votado pelo Senado. "Estou certo de que será impossível aprovar o pacote amanhã (hoje) no Senado. O regimento daquele casa favorece as minorias e facilita a obstrução do PDS", dizia o deputado Walber Guimarães (PMDB-PR).

As expectativas de aprovação dos líderes peemedebistas baseavam-se no fato de que as concessões feitas pelo governo no substitutivo apresentado pelo relator da Comissão de Justiça agradaria aos parlamentares, facilitando sua votação. Para agradar aos políticos incluiram-se projeto até mesmo itens que nada têm a ver com o projeto original. Um deles determina o reajuste de 100% do IPCA até a faixa de dez salários mínimos. Outro oficializa os reajustes semestrais para os funcionários públicos federais.

Na verdade, desde 83 os reajustes dos funcionários públicos têm sido concedidos semestralmente. Mas o objetivo da inclusão deste item no pacote fiscal é impedir mudanças nessa regra em 86, quando o governo pretende reduzir significativamente os seus gastos.

Escândalo

Aberta a sessão extraordinária noturna, às 19h30, o relator designado pela mesa para representar a Comissão de Justiça, Raimundo Ásfora (PMDB-PB), apresentou seu parecer com o substitutivo. Mas os outros dois relatores, representantes das comissões que deveriam pronunciar-se sobre o mérito da matéria — a de Finanças e a de Economia — surpreenderam o plenário ao declarar que não conheciam o substitutivo e não podiam por ele responsabilizá-lo.

"Isso é um escândalo. Uma vergonha nacional" — protestou Hugo Mardini (PDS-RS). "Justamente os relatores que deveriam pronunciar-se sobre o mérito declaram desconhecer a matéria: como podemos votá-la? E o relator da Comissão de Constituição e Justiça, que só devia examinar os aspectos da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, apresenta um substitutivo..."

"Não há na história desta Casa fato como este" — reclamou José Machado (PFL-MG). "São as comissões técnicas que devem dizer se uma proposição é para ser aprovada ou rejeitada. Mas os relatores vêm dizer que desconhecem o substitutivo. Isto é um absurdo."

O próprio Raimundo Ásfora confessou, da tribuna, que seu parecer ficara pronto apenas "há alguns minutos". O substitutivo, segundo ele, teria ficado melhor "não fosse a pressão do tempo e a complexidade da matéria". Disse ter preferido, porém, não perder "esse passo" representado pelo projeto, deixando para outra oportunidade as "boas sugestões apresentadas".

Inovação

O relator seguinte, Celso Sabóia (PMDB-PR), pela Comissão de Economia, subiu à tribuna e foi conciso: "lamentavelmente, algumas das emendas acolhidas e algumas das emendas rejeitadas pelo relator da Comissão de Justiça não teriam sido as que eu acolheria ou recusaria. Responsabilidade alguma, portanto, tenho a respeito do substitutivo". E desceu da tribuna, deixando o plenário atônito.

Nesse momento, o deputado José Machado recorreu ao presi-

dente da sessão, Ulysses Guimarães: "O relator não apresentou seu parecer, presidente", reclamou. Ulysses, diante do impasse, resolveu inovar: "O relator pode oferecer parecer como quiser", disse, considerando como parecer uma declaração de desconhecimento do assunto, sob os protestos de vários outros deputados.

A seguir, foi a vez do relator Aécio Borba (PDS-CE), pela Comissão de Finanças. Declarou também que não teve acesso ao trabalho de elaboração do substitutivo. "Desconheço totalmente seu texto", disse, no exato momento em que funcionários entravam em plenário com cópias xerográficas do substitutivo e vários deputados disputavam os primeiros exemplares. Aécio Borba prosseguiu: "Não podemos aconselhar ou fazer qualquer apreciação sobre o substitutivo. Só poderíamos aconselhar esta casa a fazer um exame mais profundo da matéria e a não assumir a responsabilidade pela aprovação de um texto elaborado por terceiros".

Amaral Neto (PDS-RJ), dirigindo-se a Ulysses Guimarães, disse: "Estamos assinando hoje nosso atestado de óbito. Este Congresso já tem um senador Funaro e um deputado Patury. Mas não encontrei nenhum deputado que soubesse o que está fazendo. Estou dizendo isso em defesa do decoro desta Casa".

"Essa matéria está gritando por uma decisão correta — insistiu Hugo Mardini. — Devia ser retirada da pauta e enviada às comissões para que elas se reunam de verdade e ofereçam seu parecer."

Rompimento

O líder do PFL, deputado Józé Lourenço, ameaçou romper com o PMDB pouco antes do início da sessão de votação do pacote fiscal, porque não foi ouvido na elaboração do texto final do substitutivo, elaborado no gabinete do líder Pimenta da Veiga. "Eles têm que se conscientizar que isto aqui (o PFL) não é uma filial, mas um partido coligado", disse, irritado, o líder do PFL.

O líder do PMDB só procurou Lourenço, que passou a tarde sentado no plenário, quando o substitutivo já estava pronto e datilografado. Os dois tiveram um diálogo ríspido e Pimenta da Veiga pediu a Lourenço que fosse até o seu gabinete para receber uma cópia do substitutivo. "Passe você pelo meu gabinete", disse Lourenço.

O deputado Nadyr Rossetti, líder do PDT, considerou que a batida já estava perdida e nada havia a fazer, lembrando a urgência para o exame do projeto e garantia de número de votos para a sua aprovação. "Nada nos resta a fazer, apenas votar contra e nos colocarmos politicamente." Rossetti afirmou que, até a aprovação da urgência, o PDT obstruiu por uma questão tática e com o objetivo de ganhar mais tempo para conhecer o pacote. Contudo, garantiu que o expediente perdera a razão de ser. De qualquer forma, protestou: "Violência esse regime de urgência, pois só será aprovado aquilo que for do estrito interesse do governo. Os outros partidos não contaram nessa jogada".

Já o líder do PT, Djalma Bonfim, não se conformava com o fato de o substitutivo Raimundo Ásfora não ter sido publicado no "Diário do Congresso", observando que os deputados o desconheciam. "Isso não pode, é uma falta de respeito aos deputados, à Casa inteira. Nós tínhamos de tomar conhecimento antecipado desse pacote." E prometeu obstruir e o voto contrário do seu partido.